



MINUTA

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONCITIBA

- **Data:** 04/07/2019
- **Horário:** das 14:30h às 17:30h
- **Local:** IPPUC - Auditório
- **Relação dos Participantes:** Conforme Lista de Presença anexa

- **Pauta:**

01 - Verificação do quórum;

02 – Abertura - Palavra do Presidente;

03 - Aprovação da Pauta;

04 - Informes da Secretaria Executiva;

05 - Apresentação:

 Projetos com financiamentos aprovados pelo COFIEIX:

- Renovação da Linha de Transporte Inter II,
- Ordenamento Territorial e Urbanização da Caximba;

06 - Informes dos Conselheiros;

07 – Encerramento.

01 - Verificação do quórum

- . Secretaria Executiva do CONCITIBA
- . Verificada a existência do quórum regimental.

02 – Abertura - Palavra do Presidente

- . Presidente do CONCITIBA e IPPUC - **Luiz Fernando de Souza Jamur**, representado pelo Assessor da Presidência – **Ricardo Antônio de Almeida Bindo**.

03 - Aprovação da Pauta

- . Coordenadora-Geral do CONCITIBA: Sheila Branco
- . Aprovada por unanimidade

04 - Informes da Secretaria Executiva:

- . Coordenadora-Geral do CONCITIBA: Sheila Branco

4.1 - Posse de novos conselheiros:



- . Câmara de Vereadores:
 - . Titular: Vereador Oscalino do Povo;
 - . Titular: Vereador Herivelto Oliveira;

- . Secretaria Municipal de Obras Públicas:
 - . Titular: Rodrigo Araújo Rodrigues;
 - . Suplente: Marcelo de Souza Bremer.

4.2 - Conselheira Cristina de Araújo Lima (UFPR – Titular) comunica o desligamento do Conselho, e que a partir da próxima reunião novo representante comparecerá.

4.3- Disponibilização de acesso à internet via *wi-fi* exclusivo aos conselheiros quando em reunião no IPPUC.

4.4- Mandato do CONCITIBA

- **Sheila Branco (Coordenadora-Geral - CONCITIBA):** Conforme o combinado na reunião anterior, 51ª RO, realizada em 04 de abril de 2019, passa a esclarecer a questão da duração do 4º mandato do CONCITIBA, cujas entidades foram democraticamente eleitas em 2016, na 6ª COMCURITIBA, com posse em 24 de maio de 2017. Normalmente aconteceria uma conferência Municipal, chamada pelas conferências nacional e estadual, onde aconteceriam debates e a eleição das entidades para o próximo mandato. No entanto, não acontecerá a Conferência Nacional, como normalmente previsto. Desde o ano de 2018, com o desenrolar dos acontecimentos no Brasil, a Secretaria Executiva do Conselho tem mantido constante diálogo com várias esferas governamentais, bem como com entidades do próprio Conselho, a fim de acompanhar as mudanças estruturais e suas consequências para o CONCITIBA. Desta forma, considerando o relevante e necessário trabalho desenvolvido pelo Conselho da Cidade de Curitiba, especialmente quanto aos Planos Setoriais e legislação de zoneamento da Cidade, para que não haja descontinuidade ou perda de prazos legais, bem como em cumprimento ao Plano Diretor de Curitiba, sugere a manutenção deste 4º mandato até a realização de nova Conferência Municipal ou eleição para a escolha das entidades para o próximo mandato. Ressalta o desenvolvimento do trabalho das Câmaras Temáticas, capacitadas ao longo do último ano de 2018 e



2019, voltado para os Planos Setoriais, procurando preservar a continuidade e finalização dos Planos. Ressalta que o Conselho da Cidade de Curitiba foi criado através de lei municipal em 2.007, Lei nº 12.579, de 18 de dezembro de 2007, e possui competências específicas também no Plano Diretor de Curitiba, Lei nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Fundamenta a legalidade da proposta, de que o 4º mandato está regularmente vigente até que seja realizada nova Conferência Municipal ou nova eleição regulada pelo CONCITIBA, com o disposto no Art. 3º, § 2º da Lei nº 12.579/2007 – Lei de criação do CONCITIBA, que assim dispõe: “*O mandato das entidades e instituições coincidirá com a periodicidade da Conferência Municipal de Curitiba, ...*”. Ou seja, enquanto não houver nova Conferência Municipal, ou nova eleição de entidades para o CONCITIBA e, sempre com a anuência dos Conselheiros do CONCITIBA, o 4º mandato continua em vigor para o pleno desenvolvimento dos trabalhos.

- **Daisy Carolina Tavares Ribeiro (Terra de Direitos - TDD):** Entende que estamos vivendo um momento difícil face a conjuntura nacional, estadual e municipal e que acha que seria mais indicado adiar essa discussão outra reunião. Também entende que seria mais adequado ter uma data fixada para a realização da conferência.
- **Sheila Branco (Coordenadora-Geral - CONCITIBA):** Explica que foi solicitado pelos Conselheiros à Secretaria Executiva, na reunião passada, 51ª RO, um esclarecimento sobre a regularidade deste 4º mandato, ou seja, o tema já havia sido solicitado com antecedência na reunião passada, para que possam continuar os trabalhos do Conselho nos Planos Setoriais. E que também já havia sido deliberado pelo Conselho no ano passado que os trabalhos deste mandato continuariam até a finalização dos Planos Setoriais, até para que sejam considerados todos os debates realizados até agora.
- **Miguel Ostoj Roguski (Secretário Executivo - CONCITIBA):** Expõe os prazos e a legislação encaminhada para aprovação referente ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo, Incentivos e Prêmios, Habitação de Interesse Social, Meio Ambiente quanto à questão urbanística, além dos Planos Setoriais. Esta gestão já foi capacitada para isto, com uma nova gestão seria necessária nova capacitação, os prazos seriam perdidos e todo o trabalho feito até agora seriam perdidos



também, tendo que recomeçar tudo do zero, seria prejudicial e uma perda para a cidade.

- **Janaína de Fátima Chudzik (Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR):** Deve-se considerar uma questão de tempo, pois além do cumprimento da legislação, também tem a questão da temporalidade do nosso cronograma de reuniões com intervalos de aproximadamente dois meses; nada justifica um atraso que proteja a discussão em torno daquilo que já está sendo produzido pelos grupos técnicos. A Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo ocupou algum tempo para esse avanço nos Planos Setoriais, mas tudo é feito para a população de Curitiba. Outra questão refere-se às organizações que compõem o Conselho, pois ao tomarmos posse entende-se que o conselheiro tem autonomia para decisões junto ao Conselho. Estamos em um momento de descompasso entre as atividades dos conselhos (nacional, estaduais e municipais). Sempre recebemos orientações do Conselho Nacional para os Estaduais e destes para os Municipais, e entende como um momento propício para fortalecer a autonomia do Conselho Municipal, aproveitando uma gestão capacitada sem o desgaste de processos para nova eleição, isto pode ser fortalecedor e providencial verificados os acontecimentos em outras esferas.
- **Alexandre Pedrosa (Convidado - Arquiteto – Assessor do Ministério Público do Paraná – MP/PR):** Considera os argumentos muito válidos, sobre não se perder o trabalho e o debate já realizado, porém, pessoalmente, sem ser advogado, solicita orientação da Assessoria Jurídica para compreender se o mandato continua vigente. Observa também que, com certeza não teremos nenhuma orientação do Conselho Nacional, nem do Estadual, e o Conselho da Cidade pode decidir com uma maior autonomia o assunto, dentro da legalidade.
- **Sheila Branco (Coordenadora-Geral - CONCITIBA):** Ressalta que, conforme a Lei de criação do CONCITIBA, “o mandato coincidirá com a periodicidade da Conferência Municipal da Cidade” (Art. 3º, § 2º), assim, como não tivemos a conferência o presente mandato está vigente, ele está tendo uma duração maior do que os outros, mas continua em vigência. Normalmente seria aproximadamente por esta época que o Conselho Nacional realizaria a convocação das conferências, mas não houve o chamamento da Conferência Nacional, que não chamou as estaduais, que não chamaram as municipais. Então



cada município segue sua própria legislação, e é exatamente isto que se está convalidando com os conselheiros. Reforçando, então o 4º mandato continua em plena vigência.

- **Dra. Cíntia Estefânia (Procuradora do Município, Consultora do CONCITIBA - Procuradoria do Município - PGM):** Concorde com o entendimento da Sheila, frisando que nenhum impeditivo ou mudança legislativa surgiram, então continuam legais os atos praticados pelos conselheiros, assim como a continuidade do mandato.
- **Janaína de Fátima Chudzik (Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR):** Complementa observando sobre os recursos necessários para a organização de uma conferência municipal ou eleição, tanto legal, quanto financeiro, logística e também o tempo, pois um evento desse tipo demanda aproximadamente seis meses para sua preparação, no mínimo, sendo um trabalho exaustivo e complexo. É toda uma preparação e um grande aparato, e o Município não pode esperar para ter seus planos e leis, sem falar nos prazos legais, o que pode, inclusive, trazer graves prejuízos financeiros para o Município, é uma questão de responsabilidade dos conselheiros. Também, frisa que esta não é uma situação exclusiva de Curitiba, pois todos os municípios brasileiros não podem para seus trabalhos e ficar esperando alguma orientação nacional, que pode até não vir.
- **Ricardo Antônio de Almeida Bindo (Presidente – CONCITIBA):** Propõe que, sobre este assunto da periodicidade, amparado pela lei de criação deste conselho, que o mandato continue até o final de todos os encaminhamentos dos Planos Setoriais e que, na sequência, os conselheiros deliberem sobre qual direção tomar acerca do mandato.
- **Deliberação - Sheila Branco (Coordenadora-Geral - CONCITIBA):** Coloca em votação a proposta apresentada para que se tenha continuidade regular e legal deste mandato até a conclusão dos Planos Setoriais e que na continuidade o Conselho venha a deliberar sobre o mandato. **Proposta Aprovada**, anotando em ata a discordância da Conselheira Carolina Tavares Ribeiro (Terra de Direitos – TDD).



4.5 - Informes sobre os Planos Setoriais

• **Miguel Ostoja Roguski (Coordenador dos Planos Setoriais e Secretário Executivo do CONCITIBA):** O trabalho continua seguindo as etapas dos Planos Setoriais apresentadas na reunião anterior, com a análise das macrotendências que impactam a cidade. Relata que foi realizado um Seminário, dia 13/06 passado, para análises que nortearão as alternativas das políticas públicas do município: na área demográfica, a estabilização de crescimento de Curitiba e o envelhecimento da população; na área econômica, a visão de tendência econômica da cidade com o crescimento econômico fortemente atrelado ao crescimento do Paraná e do país, debatidas formas de aceleração para o crescimento; na área tecnológica, os impactos da tecnologia principalmente informação e comunicação no ambiente urbano e autonomização dos carros, a questão dos drones e UBER; na área ambiental, os impactos climáticos referentes à prevenção de alagamentos e inundações, questões colocadas no Plano Estratégico de Mudanças Climáticas desenvolvidas junto a rede C40, com participação de várias cidades do mundo, para atender o Acordo de Paris com o objetivo de neutralização os gases de efeito estufa até 2050. Isto tudo traz impactos principalmente na mobilidade das cidades, ponto central dessa discussão. Neste período também houve reunião das Câmaras Temáticas de Mobilidade e Habitação. Na fase dos Planos de Ação serão feitas as consultas e audiências públicas.

05 - Apresentações:

• 5.1 Projetos com financiamentos aprovados pelo COFLEX:

Renovação da Linha de Transporte Inter II

• **Fabiano Losso (Arquiteto – IPPUC):** Recebemos até ontem uma missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, as reuniões foram exaustivas, não se trata somente solicitar recursos, mas apresentar justificativas e diretrizes fortes para o financiamento.

. Apresenta um breve histórico da Linha do Inter II, sendo que na sua implantação, em 1979, surge a Rede Integrada de Transporte – RIT, permitindo a implantação da Tarifa Única. No início da década de 90 houve um upgrade do sistema, surgem as

Estações Tubos, agilidade de embarque livre, cobrança antecipada da tarifa, interligação com vários pontos de demanda e terminais. Devido a congestionamentos nas vias rápidas, estão orientadas para possível compartilhamento das canaletas.

. A cidade tem seis corredores principais, a Linha Inter II é a segunda maior demanda de corredor, mesmo assim continua compartilhando o seu trajeto com outros veículos. A cada ano se constata a queda da velocidade, da frequência e conseqüentemente a piora da qualidade do serviço. Isto justifica que a Linha seja o foco de um grande projeto de transporte coletivo. O itinerário atual das Linhas Inter II, e Ligeirinho são coincidentes na maior parte do trecho e na região do Pilarzinho funciona como um sistema “troncal” de transporte, onde se pretende implantar sistema temporal de integração.

. A partir disso concebeu-se o projeto, abrangendo 28 bairros, aproximadamente 580 mil habitantes, 35 km por sentido, 6 terminais existentes, mais um novo terminal e mais 13 estações tubos, atualmente são transportados 135 mil passageiros/dia somadas as duas linhas, com projeção de investimentos para melhoras na velocidade e frequência a linha passa a ter maior atratividade, estimando um aumento de aproximadamente 30% de passageiros.

. O novo itinerário não difere muito do atual, com extensão de eixos condutores, com redução do trajeto coincidente, com alcance para os passageiros de até 500m para acesso às estações.

. O BID atende somente parte dos investimentos, existem várias outras frentes como: financiamento do PAC da Mobilidade da União (binários, trinários, estações e terminais) e fundos e/ou recursos do município, com investimentos de aproximadamente 700 milhões para implantação de todo o projeto.

. A priorização por faixas exclusivas será mantida e adotada sempre que possível, assim como o compartilhamento das canaletas existentes, os estudos demonstraram a possibilidade de implantação em média de 60% do itinerário com ganho de 30%.

. O impacto do projeto alcançará outras linhas diretas e indiretas e buscará atender a demanda por veículos de piso baixo (uma tendência mundial), embora no curto prazo dado pelo BID (cinco anos) o município não tenha recursos para troca da frota e ajustes e interferências necessárias.

. Observou-se que na região do Jardim da Américas o transporte coletivo não está perdendo espaço para os veículos.

. Somadas todas as intervenções se aproximam de 60 Km, observadas os pontos críticos para os ganhos esperados, a partir de 6 fases (trechos) do projeto.

. Enumera os problemas das estações tubo, propondo um novo modelo de estação sem a necessidade do cobrador, em modelo adotado em toda a Europa.

. A expectativa de resultados com o projeto, além do ganho com a estruturação urbana, paisagem urbana, será de: 50% de velocidade operacional (30 Km/h); redução de 20% da frota com aumento da frequência, com economia aproximadamente 12 milhões de reais na aquisição de veículos; aumento de 30% de oferta (número de lugares dentro do veículo); redução da viagem em 35%; melhora na frequência 25% (em torno de 2 minutos). Uma tabela demonstrou a redução de gastos e consequente redução de todos os componentes da tarifa.

. Foi enviada uma carta-consulta para o Governo Federal em abril solicitando aval para financiamento externo; aprovação em maio; em junho tivemos a primeira visita do BID; no início deste mês recebemos uma missão técnica do BID para identificação; em agosto teremos a missão de orientação; em novembro a missão de análise; a expectativa do banco é firmar a assinatura em dezembro. O prazo estimado desse programa é de 01 ano para elaboração dos projetos executivos, 02 a 03 anos para a execução e 05 anos para finalização do programa.

• **Vereador Herivelto (Câmara de Vereadores de Curitiba – CMC):** Solicita maior detalhamento sobre o trecho do projeto no Pilarzinho.

• **Fabiano Losso (Arquiteto – IPPUC):** Há algum tempo já houve a intenção de fazer um terminal, no local atualmente funciona uma igreja, naquele momento a população foi contrária à ideia, com isso a área foi desbloqueada, então o município não tem mais área disponível para esse tipo de implantação. A ideia é fazer um trabalho na rótula (alargamento, novas paradas de ônibus) possibilitando a integração de linhas.

• **Roberto Gava (Fundação João José Bigarella para Estudos de Educação Ambiental – FUNABI):** Solicita informações sobre o resultado das últimas faixas exclusivas implantadas; se existe alguma subordinação da URBS ao IPPUC, pois o Inter II muitas vezes não obedece ao horário que está fixado no sistema de informação das estações tubo.

• **Fabiano Losso (Arquiteto – IPPUC):** O melhor exemplo é a implantação da faixa exclusiva na Rua General Mário Tourinho resultando em comprovada redução do

tempo de viagem, vale ressaltar que o povo curitibano entendeu a ideia e a tendência deve se estender para toda a cidade. Não existe subordinação de um para outro, são feitos trabalhos em conjunto.

• **Luiz Henrique Calhau da Costa (Sindicato dos Engenheiros do Paraná – SENGE):** Comenta que de fato é uma surpresa o BID aceitar um financiamento em face da dificuldade do município de implantar uma política tarifária desde o início do ano e dificuldades para obter subsídios do Governo Estadual. Aparentemente o município está contraindo uma dívida com um banco internacional. Os benefícios econômicos demonstrados são ganhos em velocidade, aquisição de frota, redução da tarifa técnica, mas que não representam ganhos para o município e sim para os operadores. Solicita esclarecimentos sobre a contrapartida dos operadores nesse projeto. E como sugestão deve-se manter a frota levando em conta que todos os dados trabalhados mostram a situação presente, este cenário que pode ser diferente em 5 anos.

• **Fabiano Losso (Arquiteto – IPPUC):** O trabalho também levou em consideração as projeções futuras, em média 30% de incremento. Os resultados para obtenção do recurso e redução da tarifa são bem significativos. O banco questionou sobre o valor considerável de investimento para pouco retorno financeiro; a resposta expressa foi o desejo o povo curitibano. O segundo ponto está vinculado ao cálculo (se é possível calcular) da qualidade de vida do usuário que voltará mais cedo para casa, esse ganho foi apresentado ao banco que se propôs a financiar consultorias sobre a troca de combustível da frota. Existem outras fontes oriundas de outros financiadores (C40, Agência Francesa de Desenvolvimento e outros). As empresas não participam desse tipo de financiamento e hoje recebem por passageiro. Enfatiza que antes da última missão o BID exige que sejam realizadas as audiências públicas nas regionais que receberão as melhorias.

• **Aldemar Venâncio (Urbanização de Curitiba S/A – URBS):** Esclarece sobre composição tarifária que não se resume a quilometro rodado, nem a compra de ônibus, nem a passageiros; são computados todos os gastos. A operação é determinada e de responsabilidade da URBS. No caso do Inter II o município está pensando em melhorias para os usuários, inclusive sobre os custos. É possível, também, obter ganhos maiores do que foi apresentado para a composição tarifária.



• **Dra. Cíntia Estefânia (Procuradora do Município, Consultora do CONCITIBA - Procuradoria do Município - PGM):** Esclarece que o BID tem pressupostos claros e objetivos no que tange a escolha das cidades para receber os financiamentos. Curitiba atende a esses pressupostos, quanto à mitigação dos câmbios climáticos, prevenção de inundações, tributação imobiliária bem-sucedida, instrumentos urbanísticos para a procura e mais valia da terra, sua condição de “smart city”, todos são elementos ditados pelo banco para a concessão de financiamento, então não é uma surpresa o banco ter atendido a solicitação.

• **Fabiano Losso (Arquiteto – IPPUC):** Este é o quarto financiamento do município levando em conta alguns elementos citados por Cíntia, além da experiência da equipe técnica para atender todos os itens exigidos.

• **Sofia Bauer (Observadora – Estudante da Graduação em Arquitetura e Urbanismo):** Menciona os problemas para a obtenção e uso do cartão transporte, entendendo que no curto prazo ainda se faz necessário a presença do cobrador, pois o acesso a regularização e recarga do cartão ainda está centralizado na área central da cidade. Cita como exemplo a PUC-PR (30.000 pessoas) por dia, cerca de 2/3 dessas pessoas fazem uso do transporte público e encontram dificuldades para fazer ou recarregar seu cartão. Outra situação, de encontro com a fala do Gava, é que de fato o serviço de informação de horário de ônibus da prefeitura muitas vezes falha, as pessoas costumam encontrar outros aplicativos (como exemplo o ItiBus), com horários mais aproximados. Por fim, maior divulgação e informação sobre serviços como o ItiBus.

• **Aldemar Venâncio (Urbanização de Curitiba S/A – URBS):** o aplicativo ItiBus foi desenvolvido para a URBS e está hoje integrado ao serviço 156, deve estar acontecendo algum problema de hardware. Recentemente foi feita revisão no sistema. Todas as tecnologias estão disponíveis. Quanto aos cobradores somente quando a tecnologia atender a todas as necessidades esse profissional pode ser relocado, como preocupação com a questão do trabalho.

• 5.2 Projetos com financiamentos aprovados pelo COFIEIX:

Bairro Novo do Caximba

• **Mauro Magnabosco (Arquiteto – IPPUC):** Durante uma visita técnica, em 2017, no Caximba, quando o Prefeito Rafael Greca nos acompanhou, ele identificou o

problema de uma moradora. Na verdade, a invasão “29 de Outubro” é um grande problema urbano, em um espaço delicado e sensível. Naquele momento o Prefeito Rafael Greca resolveu investir em projetos para melhorias da situação social e ambiental do local. Mesmo com a intervenção do Município (trabalho conjunto com várias secretarias) continua uma situação crítica. Toda quinta-feira a equipe técnica realiza reuniões com a população para apresentar as etapas do projeto em implantação.

. Apresenta o contexto e a localização do projeto (APA do Rio Iguaçu) e o histórico da invasão (início em 2010) e fases do adensamento populacional assentados nas cavas do rio aterrados com lixo da construção civil, transformados em lotes e assentados os “barracos”.

. Em 2017, o poder público já executou algumas interferências em forma de ações com avanços perceptíveis, não deixando a área desassistida como ficou nos oito anos anteriores.

. O trabalho foi executado com dados estatísticos e de imagem, parceria entre o Instituto das Águas e a SMOP responsáveis pela estrutura de macro e micro drenagem. Definida uma linha de onde todos deverão sair, considerada não habitável. Outra faixa identificada como passível de urbanização, sobre um dique construído para garantir um tempo de recorrência de até 200 anos, os organismos financiadores exigem esse tempo de análise de dados, em áreas passíveis de alagamento caso contrário não concedem o financiamento.

. As pessoas serão deslocadas para além do dique ou áreas lindeiras, afastadas até 600 metros da área onde estão fixadas hoje. Além dessas áreas outra adjacente deverá receber projetos de urbanização (água, esgoto, pavimentação, energia elétrica), seus lotes regularizados e estímulo para que as famílias promovam a melhoria de suas habitações.

. Apresenta dados técnicos para a construção do dique, a logística das relocações das famílias e sobre as unidades habitacionais que serão construídas. Com a retirada das famílias da área destinada ao dique, deste até o rio, será implantado um parque.

. Os trabalhos já realizados diretamente sobre a área, desde 2017, com a primeira visita do prefeito foram: estancamento do transbordo ilegal de calça; primeira reunião entre secretarias para definição do projeto; identificação das famílias



vulneráveis; primeiro e segundo mutirões de saúde e cidadania; levantamento sócio econômico e cadastramento das famílias.

. Em 2018, estudo de ocupação da área; levantamento planialtimétrico; publicação dos Decretos 430 (zona de transição da APA) e 688 (SEHIS – Caximba); limpeza da área (retirados 1.216 t de resíduos até abril de 2019); projeto básico; estimativa de custos; apresentação do projeto à Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD e entrega da proposta de investimentos.

. Outras ações já desenvolvidas: capacitação de 30 jovens (parceria com a Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba – AECIC) para colocação em postos de trabalho, com 16 já contratados; elaboração do Termo de Referência; COHAB montou plantão social; linha de corte em parceria com a comunidade e retirou 70 novas famílias que haviam se instalado na área.

. Em 2019, início dos projetos executivos; instalações de água e esgoto; rede de energia elétrica; projetos executivos de implantação dos equipamentos públicos; projeto de loteamento, de unidades habitacionais e regularização executado pela COHAB. A AFD exige além destes também um projeto de gestão de riscos ambientais.

- **José Dirceu de Matos (Secretaria do Governo Municipal – SGM):** Destaca a qualidade do projeto e importância social e econômica.

- **Roberto Gava (Fundação João José Bigarella para Estudos de Educação Ambiental – FUNABI):** Solicita esclarecimentos sobre a relação entre o projeto e a APA do Bugio e qual a participação do MP-PR e da Defesa Civil.

- **Mauro Magnabosco (Arquiteto – IPPUC):** Quanto a APA do Bugio a SMMA está fazendo um levantamento, este projeto está localizado no limite da área, houve preocupação com a reconstituição do corredor ecológico, pois a demarcação da APA foi realizada após a ocupação da área proposta pelo projeto apresentado para o MP-PR e Defesa Civil trabalhando em parceria.

- **Janaína de Fátima Chudzik (Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR):** Solicita esclarecimentos pertinentes à Geografia sobre áreas protegidas mundialmente, caso da Serra do Mar (complexo cristalino). O rio Iguaçu nasce e corre em um complexo cristalino, essa cooperação com países que estabelecem critérios para mitigação das mudanças climáticas, em nenhum momento vejo a preocupação com esse rio, um dos mais antigos do globo, senão o mais antigo,

sendo um retrato dos acontecimentos climáticos terrestres, desde o proterozóico. Ninguém menciona a relação entre a Serra do Mar, enquanto patrimônio ambiental e as interferências feitas no curso do rio que conta a história geológica-geomofológica do município.

• **Mauro Magnabosco (Arquiteto – IPPUC):** Entendo sua colocação, mas estamos tentando resolver um “tumor” social, tenho que dizer que sou um urbanista e dependo de profissionais que me dão suporte técnico, essa foi uma primeira missão para ver se cabe em sua linha de investimento, vieram técnicos especialistas na área social. Estamos procurando tornar esse projeto um laboratório para outros projetos. Estas agendas climáticas de países que destruíram tudo e agora esperam que o Brasil supere isso exige novos parâmetros para execução dos projetos.

07 – Encerramento:

- **Conclusões Registradas:**

- **Deliberação - Sheila Branco (Coordenadora-Geral - CONCITIBA):** Coloca em votação a proposta apresentada para que se tenha continuidade regular e legal deste mandato até a conclusão dos Planos Setoriais e que na continuidade o Conselho venha a deliberar sobre o mandato. **Proposta Aprovada**, anotando em ata a discordância da Conselheira Carolina Tavares Ribeiro (Terra de Direitos – TDD).

- **Esta é a síntese da Reunião.**
